

Um ano de Constituinte

Parlamentares se dizem satisfeitos com seu trabalho

Da Sucursal de Brasília

A maioria dos constituintes ouvidos pela Folha está disposta a comemorar o dia de hoje com entusiasmo e alegria. O primeiro ano do Congresso constituinte foi considerado produtivo e as centenas de sessões, reuniões, discussões e votações avaliadas como "normais". Poucos acham que a Constituinte está lenta. Em poucos meses, os constituintes esperam ter uma Constituição "muito boa".

"Na correlação de forças do país, vai ser um texto bom. Menos do que eu queria, mas bom assim mesmo", diz o deputado Roberto Freire (PE), líder do PCB. Crítico do caráter "burguês" do plenário da Constituinte, Freire comemora avanços "importantíssimos", como a inclusão do princípio da democracia participativa no preâmbulo da nova Constituição. "Isso define o grau de maior ou menor democracia de uma sociedade", afirma.

Mesmo citando pontos de avanço "excessivo", o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) espera também ter um bom texto final. Ele elogia "conquistas sociais importantes", como a liberdade de associação sindical para os servidores públicos e o benefício do 13º salário para as empregadas domésticas. A "xenofobia"



O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE)

ao capital estrangeiro e o direito de greve irrestrito são alguns dos "excessos" a serem retirados do texto pelo plenário do Congresso constituinte, segundo Passarinho.

"Não está de acordo com o que eu queria —um texto mais moderno, mais avançado e com um grau de socialização maior. Mas como expressão de um padrão realista, o texto é aceitável. Eu assinaria embaixo", diz o senador José Foga-



O deputado Plínio de Arruda Sampaio

ça (PMDB-RS), um dos relatores-adjuntos da nova Constituição. As expectativas do senador eram menores a três dias, quando o Centrão ainda esperava a vitória na aprovação de seu substitutivo, mas se normalizaram após o fracasso do grupo no plenário.

Processo de maturação

Embora sem considerar um atraso, o fato do primeiro aniversário do



O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA)

Congresso constituinte coincidir com o início das votações, alguns parlamentares criticam a sistemática de trabalho que foi adotada. "Eu sou um crítico. A metodologia foi errada. Já fizemos três Constituições e estamos agora preparando a quarta", diz Passarinho. Por ele, o trabalho deveria ter partido de um texto básico, que poderia ter sido a Constituição de 1946 ou o anteprojeto da Comissão de Estudos Constituci-

onais, presidida pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ).

"A Constituinte escolheu o caminho mais difícil", diz o deputado Adolpho Oliveira (PL-RJ), um dos relatores-adjuntos da nova Constituição, ao concordar com Passarinho. Até chegar na atual fase de plenário, o projeto passou pelas 24 subcomissões, oito comissões e pelas polêmicas votações da Comissão de Sistematização. "É um texto maduro", afirma Fogaça.

O deputado José Genoíno (PT-SP) diz que o material resultante destas fases é muito rico em debates e discussões. "Um retrato da classe dominante", completa. Apesar da mordacidade, ele admite que o Comissão de Sistematização foi responsável por muitos mais avanços do que ele esperava. "Mas o plenário não é a continuidade desse processo", afirma Genoíno.

Revisão perigosa

"Temos o dever de melhorar o texto. Mesmo assim, não sairá bom, porque a essa altura é praticamente impossível ter um texto perfeito", diz o deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), um dos principais líderes do Centrão, ao se referir ao texto da Sistematização. É a referência ao ponto que divide no

momento o Congresso constituinte: mudar ou não substancialmente o projeto da Comissão de Sistematização.

"Não foi perda de tempo o trabalho da Sistematização. Foi maturação do processo", diz o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), outro dos líderes do Centrão, discordando do radicalismo de Magalhães. Ele defende mudanças no texto da Sistematização, mas reconhece que tem "coisas muito boas".

O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) acha que o Centrão ameaça as expectativas progressistas da nova Constituição. "Está em jogo o conceito de uma democracia mais aberta contra a democracia truculenta do Centrão", diz. Como ainda faltam meses até a promulgação, Plínio mantém esperanças num texto bom. "Só se perde a guerra, quando ela acaba", completa.

Ao considerar o primeiro aniversário como um "tempo natural", Plínio faz dobradinha com Magalhães. Ambos atribuem à conjuntura, a necessidade de apressar a elaboração da nova Constituição. "Se não fosse a gravidade da conjuntura, deveríamos ter um tempo mais longo", diz Magalhães.

Cientistas políticos e entidades divergem sobre Carta

Fabio M. Salles/09. Abr. 85



Raymundo Faoro, que acha que a nova Carta não será melhor que a atual

Da Redação e da Sucursal do Rio

Depois de um ano de trabalhos constituintes, entidades populares, representadas pelo Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, e cientistas políticos ainda divergem sobre a futura Constituição brasileira. Enquanto Francisco Whitaker Ferreira, um dos coordenadores do Plenário, acredita que a nova Constituição terá grandes avanços, principalmente no que se refere à participação popular, o jurista Raymundo Faoro acha que ela será "muito mais conservadora que o povo brasileiro". Já para o cientista político José Murilo de Carvalho, as "mudanças serão pequenas", mas o fundamental "será a luta política que começará depois da promulgação".

"Deu-se um grande passo para a introdução definitiva da participação popular na estrutura jurídica do país", ao se aprovar o princípio da democracia participativa no parágrafo único do artigo 1º da nova Constituição. Essa é a opinião de Francisco Whitaker Ferreira, 56, que acredita que a nova Carta irá "ultrapassar os limites da democracia participativa abrindo reais possibilidades de participação e permitindo uma inovação do processo político brasileiro".

Para Whitaker, a aprovação deste parágrafo é "um sinal de respeito aos 12 milhões de pessoas que assinaram as emendas populares e mais exatamente as 400 mil que assinaram especificamente a emenda pela participação popular". Ele acha que "daqui pra frente, tudo vai depender muito mais da pressão

popular do que dos entendimentos que possam acontecer no próprio plenário".

A tão criticada demora dos trabalhos constituintes, na visão de Whitaker, foi "positiva" porque exigiu, ou permitiu, uma participação maior da população. Além disso, Whitaker lembrou que isso tudo acabará por permitir que a participação popular apareça nas constituições estaduais e leis municipais.

Com relação às emendas populares levadas ao Congresso pelo Plenário, Whitaker afirmou que "mais da metade do conteúdo delas, de uma forma ou de outra está no projeto da Sistematização". Para garantir a aprovação destes pontos, o Plenário Popular está fazendo uma lista dos constituintes —que até sábado já tinha 166 assinaturas e segundo Whitaker conseguirá as 300 necessárias para obter a preferência de votação para a emenda— favoráveis aos instrumentos de participação popular que existem por toda a Constituição.

Desmoralização

Para o advogado Raymundo Faoro, 62, o Congresso constituinte "não respondeu ao estado constituinte do povo brasileiro". Segundo Faoro, os trabalhos do Congresso constituinte se desenvolveram de forma excessivamente lenta, "não pela questão do tempo, mas porque não houve perspectiva de entendimento entre os constituintes".

Raymundo Faoro afirmou que o retardamento dos trabalhos acabou sendo estimulado pela "perspectiva de realização de bons negócios". Segundo o advogado, este aspecto desmoraliza o trabalho dos consti-

tuintes e mostra que o Congresso constituinte, nesta "particularização de interesses", adquiriu os hábitos do Congresso Nacional. "Sempre entendi que isto ocorreria com uma Assembléia Constituinte que funcionasse dentro de um Congresso. Os interesses dos congressistas prevaleceram sobre os interesses do povo. O Congresso, ao contrário de uma Assembléia constituinte, fica muito distante da população", afirma o advogado.

A Constituição que começou a ser votada na semana passada será, para Raymundo Faoro, "muito mais conservadora que o povo brasileiro e, sobretudo, cheia de castelos de privilégios". Segundo ele, não se é possível ver nesta Constituição perspectivas de reformas políticas ou sociais. "Ela vai, basicamente, confirmar o Estado criado pela Constituição de 1967. O Estado será mais liberado de seus aspectos mais autoritários, mas continuará onerado de interesses reacionários ou conservadores", disse. Ao ter ficado "dentro do Congresso Nacional seguiu práticas patrimonialistas e clientelistas. Isto, sem embargo da atuação de 20 ou 30 congressistas afinados com a Nação", concluiu Faoro.

"Pecado original"

O cientista político José Murilo de Carvalho, 48, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), disse que o Congresso constituinte sofreu, durante o ano, com o que classificou de "pecado original": a convocação de uma Assembléia Constituinte dentro do Congresso Nacional. "Isto impede a realização de várias reformas no

mecanismo político porque os deputados estão defendendo seus interesses de políticos profissionais", disse.

José Murilo de Carvalho disse que, há alguns meses, estava "impaciente" com o andamento dos trabalhos do Congresso constituinte mas que, agora, está confiante no sucesso da elaboração de um código legal que "acabe com a incerteza" e que, ao mesmo tempo, detone um novo processo constituinte. Neste processo, segundo ele, será refeito aquilo que, na Constituição não estiver de acordo com a maioria do povo.

"Não espero nada de muito substancial em termos de mudança, de reforma. Os que esperavam estavam equivocados. As mudanças serão pequenas", afirmou o cientista político, que reafirmou a legitimidade dos deputados e senadores eleitos para elaborar a nova Constituição. Para ele, "é um pouco perigoso se partir da idéia de que os constituintes não representam o eleitorado. Sou um pouco menos crítico, os conservadores foram eleitos normalmente".

Para José Murilo de Carvalho, o importante será a luta política que começará depois da promulgação da nova Constituição. Segundo ele, esta luta não deverá implicar necessariamente na convocação de uma nova Assembléia Nacional Constituinte, "até porque uma Constituição pode ser alterada sem que haja a necessidade de uma Constituinte". Para o cientista político, estas alterações serão proporcionais ao nível de detalhamento que constar do texto constitucional.